



//Política

São 111 as entidades que deverão ser extintas até março, conclui estudo da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

EMPRESAS MUNICIPAIS COM DIVIDA DE 933 MILHÕES

Jorge Pinto *
jorge.pinto@jn.pt

Há 111 empresas municipais que não têm viabilidade financeira e devem ser extintas. A conclusão consta de um estudo da OTOC, segundo o qual a dívida das entidades locais subiu, em 2012, para 933 milhões de euros.

Março é o prazo limite para as câmaras extinguirem as empresas municipais sem viabilidade financeira, na sequência da lei que determina a dissolução, em seis meses, das instituições que não tiverem sustentabilidade financeira. Um estudo elaborado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), apresentado ontem durante uma conferência sobre "A nova Lei das Finanças Locais" - organizada em conjunto com a TSF (ler na página seguinte) - dá conta da existência de 111 entidades nessas condições.

Este número, decorrente das contas de 2012, peca, porém, por defeito. Maria José Fernandes, coautora do estudo,

dado a conhecer na Universidade Católica de Lisboa, referiu que os indicadores para este ano apontam, para já, para a dissolução de mais 15 empresas municipais, que contam nesta altura com dois anos de incumprimento. A manter-se esta tendência, vão juntar-se às outras 111.

E o secretário de Estado da Administração Local, Antó-

CRITÉRIOS PARA EXTINÇÃO

Vendas baixas

Para se manterem abertas, as empresas não podem, nos últimos três anos, ter vendas ou prestações de serviços inferiores a 50% dos seus gastos totais, nem ter subsídios à exploração superiores a 50% das suas receitas.

Resultados negativos

Também não passam as empresas que, nos últimos três anos, tenham tido resultados operacionais negativos ou resultado líquido de exercício negativo.

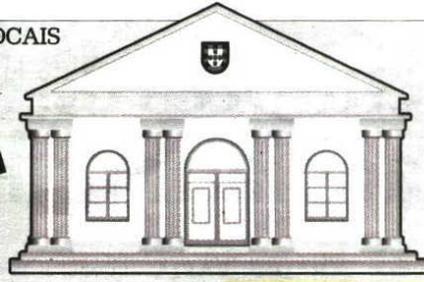
nio Leitão Amaro, revelou que, até esta altura, as autarquias já decidiram dissolver 114 empresas municipais. Ressalvou, no entanto, que não estão todas liquidadas (é preciso apurar ativos e passivos). Isto para concluir que "os autarcas responderam dentro do prazo".

Uma das empresas que está justamente em processo de liquidação é a EPUL - Urbanização de Lisboa, apontada no estudo como a segunda entidade do Setor Empresarial Local com maior passivo exigível (dividas) em 2012. O anúncio do fim foi feito ontem por António Costa, presidente da Câmara da capital.

A verdade é que a análise a 272 empresas municipais permite concluir que, durante o ano passado, a dívida global do setor atingiu 933 milhões de euros, o que representa um aumento de 30 milhões (3,4%) em relação a 2011. A extinção das entidades sem viabilidade financeira estancará o passivo, mas, como muitos serviços serão absorvidos pelos municípios, prevê-se um impacto forte nas contas das autarquias.

*COM TELMA ROQUE

//CONTAS LOCAIS



306

municípios

MUNICÍPIOS COM MAIOR PASSIVO EXIGÍVEL (Dívida, em 2012)

Município	Dimensão	Euros
1.º Lisboa	Grande	659 766 180
2.º V. N. Gaia	Grande	217 937 818
3.º Portimão	Médio	166 560 019
4.º Aveiro	Médio	130 627 247
5.º Gondomar	Grande	115 668 684
6.º Porto	Grande	111 049 636
7.º Funchal	Grande	109 199 966
8.º Seixal	Grande	104 770 339
9.º Sintra	Grande	100 652 752
10.º Cascais	Grande	98 979 242

272

Entidades empresariais

580

TOTAL

111 é o total de entidades a serem dissolvidas por não cumprirem o n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2 que determina a dissolução

ALGUNS EXEMPLOS DE ENTIDADES A DISSOLVER

- TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia, Maia
- TEMA - Teatro Municipal de Aveiro, Aveiro
- Trofa Park - Reab. Urbana, Desenv. Econ. e Inov., Trofa
- Teatro Circo de Braga, Braga
- PEC-TSM - Parque Empresarial da Cortiça, S. M. Feira
- AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia, Guimarães
- VISEUNOVO - SRU - Soc. Reab. Urbana de Viseu, Viseu
- Proviver, Vila Verde
- Amparedes - Agência Munic. Investimento, Paredes
- EMAFEL - Ambiente de Felgueiras, Felgueiras

EDEAF - Empresa Municipal de Desenvolvimento, Alfândega da Fé

Falcão - Cultura, Turismo e Tempos Livres, Pinhel

TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, Trancoso não cumprem nenhuma das alíneas



A empresa municipal TRATOLIXO é a que apresenta, em 2012, o maior endividamento líquido

TOP 10

ENTIDADE	Município	Endividamento líquido	Vari. 11-12 %
1. TRATOLIXO - Trat. de Resíduos Sólidos		173 067 177	15,41%
2. EPUL - Urbanização de Lisboa	Lisboa	128 679 932	12,18%
3. Indaqua Feira - Indústria e Gestão de Águas	Santa Maria da Feira	84 812 892	13,61%
4. Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas	Matosinhos	63 647 407	24,51%
5. AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	50 672 200	7,48%
6. VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	V. R Santo António	41 213 144	-3,78%
7. Águas e Parque Biológico de Gaia	Vila Nova de Gaia	32 818 033	1,95%
8. PFR Invest - Gestão Urbana	Paços de Ferreira	25 363 375	14,74%
9. TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	Maia	20 318 063	3,77%
10. Vimãgua - Água e Saneamento	Guimarães, Vizela	19 869 145	6,07%



A empresa municipal Agere é a entidade com melhores resultados económicos, em 2012

TOP 10

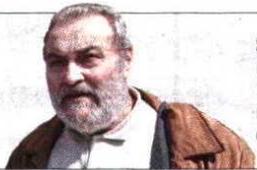
ENTIDADE	Município	2011	2012
1. AGERE - EM de Águas, Efluentes e Resíduos, EM	Braga	3 208 502	2 717 582
2. CMPEA - Empresa de Águas do município do Porto, EM	Porto	2 751 309	2 125 155
3. EMEL - EM de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EEM	Lisboa	929 199	1 998 399
4. EHATB - Empr. Hidroelétricos. Alto Tâmega e Barroso, SA	**	3 069 787	1 906 367
5. Águas do Ribatejo, EIM	**	611 108	1 504 323
6. GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EEM	Lisboa	1 235 623	1 358 975
7. Vimãgua - EIM de Água e Saneamento de Guimarães/Vizela	Guimarães/Vizela	1 026 642	998 809
8. FAGAR - Faro Gestão de Águas e Resíduos, EM	Faro	427 432	987 399
9. ICDOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM	Covilhã	594 041	900 553
10. ADC - Águas da Covilhã, EM	Covilhã	622 766	841 572



A empresa municipal EPUL é a entidade com piores resultados económicos, em 2012

TOP 10

ENTIDADE	Município	2011	2012
1. EPUL - Empresa Publica Urbanização Lisboa	Lisboa	5 477 092	-3 368 323
2. SATU - OEIRAS - Sist. Automático Transp. Urbano, E.M., S.A.	Oeiras	-3 109 482	-2 927 076
3. VFC Empreendimentos - EM Activ. Desp., Recreat. e Tur., EM	V. F. do Campo	9 766	-2 583 590
4. Portimão Urbis SGRU - Soc. Gestão e Reab. Urbana EM, SA	Portimão	149 559	-1 802 801
5. TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, SA EM	Maia	-1 336 208	-1 731 984
6. Viver Santarém - Soc. Cultura, Desporto, Tur. e Gestão Urb.	Santarém	--	-1 573 089
7. MAFRATLÂNTICO - Vias Rodoviárias EM	Mafra	-675 201	-1 531 584
8. MoveAveiro - Empresa Municipal de Mobilidade, EEM	Aveiro	-1 412 579	-1 359 357
9. Terra de Paixão, EEM	Alcobaça	-838	-1 282 360
10. Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas de Matosinhos, SA	Matosinhos	-52 263	-1 246 331



STAL CRITICA VISÃO BASEADA NOS RESULTADOS FINANCEIROS
Francisco Brás, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, sustentou, em declarações à TSF, que o debate sobre as empresas municipais não pode centrar-se só nos resultados financeiros, lembrando que prestam um serviço público. E alertou para o risco de despedimentos.

LISBOA VAI PERDER 140 MILHÕES EM RECEITAS A CURTO PRAZO
A derrama e o IMT, que deverão ser extintos, rendem à Câmara de Lisboa, mesmo em tempos de crise, cerca de 140 milhões de euros, revelou António Costa, alertando para uma eventual situação de rutura, mesmo para um município que depende em apenas 10% do financiamento do Estado.

Fundo de apoio municipal terá regras até fevereiro

O MINISTRO do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, garantiu ontem, na abertura da conferência sobre a nova Lei das Finanças Locais, que o fundo municipal de apoio será regulamentado no prazo de três meses, antecipando-se às críticas e às dúvidas que alguns autarcas viriam a deixar mais tarde no mesmo seminário.

Os municípios que vão precisar de resgate são também obrigados a contribuir para esse fundo e em que termos? Poiars Maduro não entrou em detalhes, prometendo apenas uma clarificação das regras a curto prazo, com mais legislação e um regulamento próprio.

A criação do fundo está longe de ser pacífica e, das negociações que decorreram entre o Governo e os autarcas, ficou a garantia de que o Estado assumiria parte da verba a entregar pelos municípios. Chegou mesmo a ser avançada uma percentagem: 20% da verba caberia ao Estado. Mas, até fevereiro, o resultado poderá ser outro.

Poiars Maduro colocou ainda em cima da mesa mais uma promessa e uma certeza. Anunciou que será lançado um portal de informação autárquica para reforçar a transparência no Poder Local. Depois, frisou que as reformas no setor não se esgotam com a Lei das Finanças Locais. Ou seja, o Governo prepara-se para transferir mais competências para as autarquias. **TR**



António Costa quer alteração "urgente" do modelo de financiamento dos municípios

Governo admite estudar partilha de IVA

O SECRETÁRIO de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, não disse "não" a uma partilha das receitas do IVA com os municípios como pediu o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, mas também não assumiu qualquer compromisso. Admitiu apenas que a ideia será um contributo para um debate que será feito em breve com os autarcas sobre fiscalidade local.

Ao início da tarde de ontem, António Costa, na conferência promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, reclamou uma parte do IVA como forma de colmatar a perda de receitas de impostos que vão ser extintos, como o IMT e a derrama, mas o secretário de Estado sublinhou apenas, e já no final da sessão de encerramento do seminário, que admite debater esta e outras ideias.

O palco do debate será feito em breve. O Governo aguarda apenas que se cumpra a eleição dos novos corpos dirigentes da Associação Nacional de Municípios - o congresso realiza-se no sábado - para iniciar a discussão em torno de um estudo sobre fiscalidade local que tem como objetivo encontrar as melhores fórmulas destinadas a estimular a atividade económica. "Os

66

"Autarcas devem ser, cada vez mais, agentes de desenvolvimento económico".

"Ideia [de partilha do IVA] será considerada como um contributo".

Leitão Amaro
Sec. Estado da Administração Local

"Extinção de impostos deve ter por contrapartida a criação de novas receitas".

"Basta os municípios participarem em 2% da receita do IVA".

António Costa
Pres. Câmara Lisboa

autarcas devem ser, cada vez mais, agentes do desenvolvimento económico e do fomento da competitividade do seu território", argumentou Leitão Amaro, que não poupou elogios aos presidentes de câmara, por "estarem a gerir bem os dinheiros públicos". Isto com a ajuda do Governo, que "interveio e legislou" criando leis que estão a dar os seus frutos: a dívida dos municípios caiu. Um pretexto para rebater aquilo a que chamou de "mito da asfixia e da autonomia", uma crítica que esteve presente nas intervenções de todos os autarcas, independentemente das cores partidárias.

Para António Costa, não se trata de um mito e reclamou uma alteração "urgente" no atual modelo de financiamento para evitar "ruturas".

A seu ver, uma das vias seria a partilha de uma parte da receita que o Estado cobra do IVA, sem que o imposto aumente para os portugueses. E atirou até uma percentagem: 2% da receita do IVA daria para cobrir o que recebem pela derrama. António Costa venceu que, a breve prazo, a Câmara de Lisboa irá perder receitas na ordem dos 140 milhões de euros, metade proveniente da derrama.

TELMA ROQUE

[AS CRÍTICAS DOS AUTARCAS]

Ricardo Rio
CÂMARA MUNICIPAL BRAGA (PSD)



"HAVERÁ MAIS RECURSOS?"

O autarca mostrou-se disponível para assumir novas competências, mas questiona se haverá "recursos financeiros" para as assumir. Frisou que a dissolução das empresas municipais não acaba com um problema:

os serviços vão ter de continuar a ser prestados. E defendeu ainda a criação de um período de transição para a nova Lei das Finanças Locais, para que "acompanhe em vez de estrangular" as câmaras.

José Luís Carneiro
CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO (PS)



REFORMA SÓ COM AUTARCAS

Sustentou que a reforma do Estado só pode ter êxito com a ajuda das autarquias, em matéria de Saúde, Segurança Social ou Emprego. E apontou caminhos, como o do reforço dos cuidados de saúde primários ou a reconfigu-

ração dos centros de emprego. Reclamou taxas de IVA mais baixas na luz e no gás para os municípios (iluminação e aquecimento de escolas, por exemplo) e uma clarificação entre despesas correntes e de investimento.

Carlos Pinto de Sá
CÂMARA DE ÉVORA (CDU)



ASFIXIAR PARA EXTINGUIR

Criticou a falta de estabilidade das finanças locais, que impede os municípios de fazer planeamento a médio e longo prazos. Por outro lado, disse acreditar que a nova lei vai colocar mais 15 a 20 municípios em

situação de incumprimento por alteração do conceito de endividamento. E levantou uma suspeita: o Governo pretende asfixiar para, mais tarde, ter um pretexto para extinguir municípios.

Adelaide Teixeira
CÂMARA DE PORTALEGRE (INDEPENDENTE)



PRESIDENTE OU TESOUREIRO?

Falou do seu próprio caso. Em Portalegre, o endividamento desceu de 52 milhões para 42 milhões de euros em quatro anos, mas vai ficar "numa situação de rutura e vai perder autonomia" com a nova lei. E

numa situação de resgate pergunta qual o papel que lhe resta. "Bastará ter um tesoureiro", disse. Apontou ainda para a situação pouco clara do fundo de apoio municipal, que carece de regulamentação.